

Brasil alcançará atual índice chileno de jovens no ensino superior apenas em 2022

Sarah Fernandes

Apenas em 2022 o Brasil alcançará um índice de jovens inseridos no ensino superior próximo ao apresentado pelo Chile hoje, mesmo com as atuais políticas de inclusão. O diagnóstico é de uma pesquisa da Universidade de Brasília (UnB), que comparou o acesso à universidade nos dois países.

Em 2006, 12% dos brasileiros entre 18 e 24 anos estudavam no ensino superior contra 27% no Chile. Em 2022, o percentual de universitários dessa faixa etária no Brasil deve ser 25%, segundo uma projeção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

“Os motivos para isto estão relacionados centralmente à maior desigualdade de renda encontrada na sociedade brasileira, sendo a desigualdade de acesso ao ensino superior um espelho da desigualdade de renda da sociedade”, avalia Luana Goveia, autora da pesquisa, intitulada “Ensino superior público e privado no Brasil e no Chile desde as reformas educacionais de 1968 e de 1981 até a década de 2000: Financiamento, acesso e desigualdade”.

Soma-se à concentração de renda, segundo a pesquisa, o atraso brasileiro na implantação de programas de inclusão no ensino superior e a não obrigatoriedade do ensino médio no Brasil — será uma exigência a partir de 2016, de acordo com a emenda constitucional 59/09, de novembro de 2009. “O Brasil enfrenta uma queda no número de estudantes na passagem do ensino fundamental para o médio e depois outra do médio para o superior. O Chile enfrenta apenas uma queda, do médio para o superior”, aponta Luana.

Hoje o Chile é o país com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da América do Sul. O país ocupa a 44ª posição no ranking mundial (0,878 pontos), enquanto que o Brasil é o número 75 (0,813 pontos). O IDH mede os avanços alcançados por um país em três aspectos: vida longa e saudável (baseado na esperança média de vida ao nascer), acesso ao conhecimento (baseado na alfabetização e na escolarização) e nível de vida digno (baseado no PIB per capita associado ao poder de compra em dólares americanos). Os países são classificados dentro desses aspectos em valores médios entre 0 e 1.

Programas de inclusão

Nos últimos anos, o Brasil tem sido bem sucedido em incluir estudantes de baixa renda no ensino superior, segundo a pesquisa, por meio de iniciativas como a implantação de cotas para negros em vestibulares e o oferecimento de bolsas de estudo em universidades privadas. Com essas medidas, o percentual de universitários no Brasil cresceu mais que no Chile nos últimos sete anos, mas em um ritmo insuficiente para alcançar o país vizinho, de acordo com o estudo.

O Chile privatizou todo o seu sistema ensino superior e passou a cobrar matrículas e mensalidades em todas as universidades públicas desde 1980, com a ditadura do general Augusto Pinochet. “Assim, garantiu o acesso da classe média, que apoiava o regime, e tirou verba das universidades contrárias a ditadura”, lembra Luana.

Com a medida, o país começou a implantar programas de inclusão pelo menos dez anos antes que o Brasil. “Enquanto o Chile desde 1980 têm programas de bolsas e créditos baseado em critérios de renda e de notas, o Brasil começou com programas inclusivos no fim da década de 1990, quando foi detectada grande ociosidade das vagas do setor privado”, avalia Luana. “Os programas chilenos foram se estruturando ao longo dos anos e hoje abrangem quase 50% dos estudantes”.

Fonte: Aprendiz. [Portal]. Disponível em: <<http://aprendiz.uol.com.br>>. Acesso em 26 fev. 2010.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais